

Libras: uma análise histórica na perspectiva da educação inclusiva

*Leticia Ferreira de Couto*¹
*Juliana de Alcântara Silveira Rubio*²

Resumo

Esse artigo tem a finalidade de mostrar o trabalho realizado nas escolas municipais, abordando as dificuldades de aprendizagem, sendo implantadas diretrizes que favorecem um projeto realizado com ações para reorganizar os serviços de Atendimento Educacional Especializado, que será focado para deficientes auditivos nas escolas regulares da rede publica de São Roque.

Palavras Chave: Educação Inclusiva, Libras, Deficiência Auditiva.

1. Introdução

Esse artigo objetiva a importância do aprendizado para os alunos com deficiência auditiva da Educação Infantil ao Fundamental.

Para que essas crianças com deficiência estudem em escolas normais, é preciso um trabalho mais amplo, a partir de cada necessidade especial, pois requer certa atenção, delicadeza, pois os alunos só não ouvem, são alunos totalmente normais como qualquer outro na escola.

Foi realizada primeiramente com uma análise bibliográfica a respeito do tema, para que em seguida mostrar a necessidade de comunicação que nos acompanha e no caso do deficiente auditivo, sua linguagem e comunicação é feita pelas mãos; seu significado e como surgiu.

Abordaremos a área educativa nas escolas, pois é o início de sua escolarização, socialização, ou seja, a parte mais importante, pois envolve toda sua personalidade. Ao dar início a frequentar a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de recursos, tanto a escola quanto o aluno, professores, estão enfrentando os obstáculos e desafios para uma educação de qualidade, avançando em seus objetivos, um dos quais, fazer com que os alunos com surdez aprendam a conviver socialmente, sem restrições, e se desenvolver

¹ Aluna do curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional da FAC São Roque.

² Mestre em Educação pela UNESP. Professora Orientadora.
Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

educacionalmente, são as possibilidades de os alunos com surdez aprenderem nas turmas comuns de ensino regular, tendo a retaguarda do Atendimento Educacional Especializado – AEE (DAMÁZIO, 2007, pág. 7).

A Educação e seus cuidados na infância são fatores reconhecidos por todos os órgãos públicos, fundamentais para o desenvolvimento global da criança nos sistemas de ensino, assim surgindo o desafio de organizar projetos pedagógicos que promovam a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Percebendo assim a necessidade de confrontar com a discriminação e criar alternativas para supera-las. A construção de sistemas educacionais inclusivos, a partir de cada necessidade especial, requer reorganizar as escolas com salas especiais, resultado mudanças na estrutura da escola para que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas, ficando um trabalho amplo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação impulsionou o desenvolvimento da educação com o compromisso de sua qualidade, criando condições para melhoria da inclusão dessas crianças, proporcionando a elas uma orientação mais específica logo na infância.

Sabe-se constitucionalmente a criança deficiente auditiva, tem direito a educação e saúde, bem como solicitar uma interprete para auxilia-lo em aula, traduzindo a língua oral para a língua de sinais.

O Ministério da Educação implementa diretrizes e ações que reorganizam um serviço chamado de Atendimento Educacional Especializado, o AEE, oferecido aos alunos com deficiência visando sua futura formação contemplando seu aprendizado de qualidade, mas não substituindo o ensino regular.

A sala de AEE, que será explicada será voltada para os deficientes auditivos, devendo ser compreendida no seu momento histórico de forma a contribuir para construção de uma proposta bilíngue, que ira permitir que essas crianças surdas na aquisição de seu aprendizado, duas línguas: a língua portuguesa, em modalidade oral e escrita e a LIBRAS, sigla referente ao significado de língua brasileira de sinais.

Lima (2006, pg7), apresenta em uma das suas edições “Educação Infantil, saberes e praticas da inclusão”, que diz a proposta bilíngue traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda ao reconhecer a LIBRAS como uma língua, com todo o potencial expressivo de uma língua oral e como instrumento fortalecido de estrutura linguísticas. O bilinguismo favorece o desenvolvimento cognitivo, alarga horizontes e amplia o pensamento criativo da criança surda, possibilitando a compreensão de sua “diferença” e de sua própria identidade.

O Decreto n. 5.626/05 que regulamenta a Lei n. 10.436/02, visando ao acesso à escola dos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação do professor, instrutor/interprete de LIBRAS, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização na educação bilíngue no ensino regular.

O documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n. 555, de 5 de julho de 2007, prorrogada pela Portaria n. 948, de 09 de outubro de 2007 aponta que o objetivo da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é garantir o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos, etc., orientando os Sistemas de Ensino para promover respostas às necessidades educacionais garantindo transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento Educacional Especializado; continuidade na escolarização nos níveis mais elevados de ensino; formação de professores para salas de AEE e mais profissionais da educação e para inclusão escolar; família e comunidade; mobília; equipamentos; transporte e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

2. LIBRAS: Princípios Gerais

Libras é a sigla usada de Língua Brasileira de Sinais, são usadas nas comunidades surdas, manualmente feitas com gestos e expressões faciais. Sua diferença das demais línguas é a modalidade visual-espacial, sendo mais facilmente o surdo à aprender outras línguas como o francês, o inglês, etc.

A linguagem é o meio em que as pessoas usam para se expressar, registrar acontecimentos, socializar-se, aparentemente é a marca registrada da cultura das pessoas, com ela verbalmente ou manualmente é possível expandir conhecimentos. Com a aquisição da língua de sinais é que irá permitir que a pessoa surda tenha acesso aos ouvintes, formando uma maneira de pensar, agir e ver o mundo e suas características culturais.

Afirma Lima, 2006 pg. 18, que todas as crianças surdas em sua linguagem deve efetivar-se mediante o aprendizado da língua portuguesa e da aquisição da libras, assim a língua do país de origem do surdo deve ser sua segunda língua, no caso do Brasil, estamos falando do português.

A libras não é apenas uma linguagem, uma vez que prestam as mesmas funções das línguas orais, pois elas possui todos os níveis linguísticos e como toda língua de sinais, a

libras é uma língua de modalidade visual-gestual não estabelecida através do canal oral, mas através da visão e da utilização do espaço.

Com a língua de sinais se desenvolve de forma lógica e aceitável que os surdos se comuniquem naturalmente utilizando das mãos, cabeça e outras partes do corpo, por estarem privados da audição.

A origem da Língua Brasileira de Sinais veio da língua de sinais francesa, com o criador Charles Michel de L'Épée (1712-1789) no século XVIII, que foi o oficial divulgador da linguagem de sinais. Ele sendo o superior das origens que foi ordenando, assumiu o compromisso de ensinar uma linguagem de sinais, como a missão dominarem essa língua.

Favalli, 2000, explica que somente em 1775 foi fundada a primeira escola com próprio dinheiro de L'Épée, sendo professor e diretor, dirigia tudo. Escreveu seu próprio livro usando seu método de ensinar, era um dicionário com gramática da linguagem de sinais. Tinha um objetivo de fazer com que as pessoas surdas aprendessem a se expressar e compreender, desenvolvendo pensamentos e ideias próprias, não pelo som, mas sim por meio de sinais. Quando L'Épée morreu quem assumiu seu cargo na escola foi Abbé Sicard (1742-1822), diretor nomeado pelo Instituto Nacional de Surdos, publicou um livro com gramática geral e outro detalhado de como ele treinou Jean Massieu, sendo o primeiro professor surdo.

Vários Institutos foram fundados como o Instituto Santa Terezinha. Em 1922, a Escola Municipal de Educação Especial Heller em 1950, o Instituto Nacional de São Paulo em 1954.

Em 1968, Roy Holcon da origem ao método de comunicação Total, que tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e ouvintes, e surdos e surdos, esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais, não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-visual-manual como facilitadores da comunicação. (Goldfeld, 2002, pg. 38)

A partir da década de 80, o Bilinguismo começa a ganhar força. Segundo esta filosofia, o surdo deve adquirir primeiramente, como língua materna, a língua de sinais, considera a sua língua natural. Somente como segunda língua deveria ser ensinada a língua oficial do país. O Bilinguismo percebe a surdez a diferença linguística, e não como deficiência a ser normalizada através da reabilitação.

No Brasil, a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império. Com a chegada do educador Harnest Huet, ex-aluno do Instituto de Paris, que trouxe o alfabeto

Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 - 2014

manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Deu-se origem a Língua Brasileira de Sinais, com grande influência da língua francesa. Huet apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não havia escolas especiais. Solicitou, então, ao Imperador Dom Pedro II, um prédio para fundar, em 26 de setembro de 1857. O Instituto dos Surdos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES.

Aqui no Brasil, a preocupação em ampliar os serviços prestados aos surdos não é muito investida. Dificilmente vemos na televisão exposições em libras, ou seja, uma interprete traduzindo a fala nos programas, já no que diz respeito a abordagem educacional a ser adotada, não existe um consenso sobre qual delas: oralismo, comunicação total ou bilinguismo.

A Libras não é universal, pois todos os países tem seus próprios sinais, gestos que desempenham diferentes funções, com diferentes expressões faciais deferindo de região para região, o que faz assim legitimar ainda mais a língua.

Muitas outras escolas especiais foram presentes na educação do surdo no Brasil e no mundo, e por isso todos os professores, educadores voluntários envolvidos, registraram de alguma maneira sua importância quebrando uma barreira que impedia a comunicação do surdo, ampliando oportunidades para melhor socialização do surdo no mundo.

3.A Educação Inclusiva

A educação inclusiva se organizou como AEE substituindo as antigas salas chamadas “salas especiais”, que ali matriculadas crianças com diferentes necessidades educacionais. Assim o conceito normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico – terapêutico fortemente ancorado nos testes psicométricos que por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência (MEC/SEESP – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva).

No Brasil, o atendimento as pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos meninos cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos mudos, em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação de surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituto especializado no atendimento as pessoas com deficiência mental, em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e 1945 é criado o primeiro Atendimento Educacional Especializado as pessoas com superdotação na sociedade Pestalozzi por Helena Anfipoff.

Em 1961 o AEE as pessoas com deficiência passa ser fundamentado pelas disposições da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4,024/61 que aponta o direito dos “excepcionais” a educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicas para atender as suas necessidades, assegura a terminalidade específica aquelas que não atingem o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado”, (artigo 24, inciso V) e “[...] oportunidade educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (artigo 37).

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O acesso de alunos com Deficiência as escolas comuns da rede regular”, com objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Segundo capítulo VI – Diretrizes da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva que diz a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o AEE, disponibiliza os recurso e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Para os alunos surdos que estão matriculados nas escolas comuns, são adequados a eles a educação bilíngui, ou seja, a Língua Portuguesa que é desenvolvida como a segunda língua e na modalidade escrita para os surdos, os serviços de tradutor/interprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e o ensino de Libras como sua primeira língua.

Dentre muitas discussões sobre a inclusão nas escolas, surge o desafio de encontrar uma solução que ajude as crianças com deficiência auditiva a permanecerem nas escolas. Algumas escolas já abriram espaço e abraçaram a inclusão, ofertando aos alunos mudanças na organização pedagógica, valorizando as diferenças sem discriminá-las. Sobre esse assunto Mantoan e Prieto, dizem:

“As mudanças a serem implantadas devem ser assumidas como parte da responsabilidade tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público, pois se, por um lado, garantir educação de qualidade para todos implica

somar atuações de varias instâncias, setores e agentes sociais. Por outro, seus resultados poderão ser desfrutados por todos, já que a educação escolar pode propiciar meios que possibilitem transformações na busca da melhoria da qualidade de vida da população. Esse é de interesse de todos”.(MANTOAN E PIETRO, 2006, pg. 69)

O movimento da inclusão dos alunos Deficientes Auditivos na escola regular tem como meta incluir todos desde o início da escolarização, para fácil adaptação, possibilitando a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos e uso social da leitura e da escrita, comenta Lodi e Lacerda, 2009, pg. 15.

Com base nos dispositivos político-filosófico que dizem:

“As políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações, deve ser levada em consideração, por exemplo, da língua de sinais como meio de comunicação para os surdos, a ser assegurado a todos os surdos o acesso ao ensino da língua de sinais de seus pais. Face à necessidade especial de comunicação dos surdos e surdo-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns”, (LIMA, 2006, pg 11).

A inclusão dessas crianças é uma grande responsabilidade que vai englobar toda a educação, como secretários, diretores, professores, funcionários, pois essa reestruturação que existe é preciso para atender as necessidades educacionais especiais a todos os alunos.

A construção de uma escola com inclusão requer clareza no que se diz respeito da diferença, pois para o surdo a escola normal ou a especial o importante é a excelência de seu trabalho. Assim a coordenação da escola tem o importante dever de aplicar um programa pedagógico que atenda as necessidades, oferecer para comunidade escolar capacitações, buscar parcerias, sempre pensando na melhor adaptação, e melhor aprendizado para o aluno surdo dentro das escolas comuns.

É preciso que essas crianças aprendam a socializar-se, a formação de novos valores deve a partir do respeito às diferenças e do aprender a conviver com o diferente, (LIMA, 2006, pg 12).

O resultado de respeitar a diferença e aprender a conviver com ela, todos contribuindo uns com os outros, incluindo o D.A. na sociedade normalmente, é uma construção de um todo mais harmonioso e feliz, para uma construção de um novo homem.

4 -Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A inclusão do aluno surdo ou D.A. nas escolas deve acontecer desde a educação infantil até o ensino superior, utilizando os recursos que são oferecidos, para que possam

ultrapassar todas as barreiras que existem dentro do processo educacional e usar seus direitos na cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do país.

Dentro das salas de aulas, os alunos com deficiência auditiva enfrentam diversos preconceitos, por serem considerados diferentes de todos os outros, os dificultando suas possibilidades. Mas para que essa questão seja minimizada, e o aluno não saia da escola prejudicado em seu aprendizado, já existem escolas que abraçam a inclusão desses alunos, propondo a eles o Atendimento Educacional Especializado, que atende, possibilitando aos alunos a ampliação de seus conhecimentos, de seus estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural e melhora de sua socialização e aprendizado. Que para ser efetivada faz-se necessária considerar que os alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento, à acessibilidade bem como ao Atendimento Educacional Especializado, (DAMÁZIO, 2007,pg. 15).

As escolas que realizam esse trabalho pedagógico para os alunos surdos ou D.A. que estão matriculados, chamado Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolve um planejamento que utiliza da Língua de Sinais e Língua Portuguesa, num período adicional, ou não, ao da aula, de horas de estudo.

Esse trabalho vai favorecer ao aluno surdo ou D.A. meios para beneficiar sua aprendizagem, proporcionando também um ambiente estimulante, que precisa e que possa explorar e desafiar seu pensamento e sua capacidade, em todos os sentidos. Nele são destacados três Momentos Didático-Pedagógico: O Momento Didático-Pedagógico em Libras, Momento Didático-Pedagógico para o ensino de Libras.

O planejamento do AEE é elaborado e desenvolvido pelo professor que ministra a aula, em Libras, pelo professor de Língua Portuguesa e pelo professor da sala de aula normal, a partir da definição do conteúdo curricular, com pesquisas sobre o assunto a ser ensinado, seguido de um plano é finalizado. É feito um relatório diariamente de cada aluno, em seus diversos comportamentos, avanços, individualmente, a partir da definição do conteúdo curricular, inter-relacionados. É feito também uma seleção e elaboração dos recursos didáticos para o AEE, colocando a frente a necessidade de cada aluno com surdez ou D.A.

Dentro do plano feito pelos professores, deve incluir conteúdos sobre a sociabilidade, a cognição, a linguagem (oral, escrita, viso-espacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos com o objetivo de fazer com que os alunos com surdez ou D.A., consigam absorver e entender a maioria dos conteúdos.

São feitos relatórios com registros, observações dos avanços e dificuldades para a direção e coordenação da escola e do AEE, que deverá sempre estar ciente dos dados colhidos ao longo do processo e demais avaliações referentes ao desenvolvimento e desempenho de cada aluno.

Conforme Damázio, 2007, explica cada um dos Momentos Didáticos Pedagógicos.

4.1 – Momento Didático-Pedagógico: O Atendimento Educacional em Libras na Escola Comum.

Este atendimento constitui um dos momentos didático-pedagógicos para os alunos com surdez incluídos na escola comum. O Atendimento ocorre diariamente, em horário contrário da aula normal, podendo haver exceções, em algumas escolas, o aluno é retirado da sala para o Atendimento por alguns minutos.

A organização didática desse espaço de ensino deve conter o uso de muitas imagens visuais e de todo tipo de referências que possam colaborar para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo, na sala de aula comum.

Exemplos de recursos normalmente usados nas salas de grande importância são: mural de avisos e notícias, para incentivar o aluno a leitura, biblioteca da sala, facilitando o acesso aos livros, painéis de gravuras e fotos sobre temas de aula, incentivando a conversação, roteiro de planejamento, que o aluno e os pais, devem estar cientes do trabalho que lhe é oferecido, fichas de atividades mostrando os avanços e outros.

Na escola comum, o ideal é que haja professores que realizem esse atendimento, sendo que os mesmos precisam ser formados para ser professor e ter pleno domínio da Língua de Sinais. O professor em Língua de Sinais ministra a aula utilizando a Língua de Sinais nas diferentes modalidades, etapas e níveis de ensino como meio de comunicação e interlocução.

O planejamento do AEE em Libras é feito pelo professor especializado, junto com professores de turma comum e com de Língua Portuguesa, pois o conteúdo deste trabalho é semelhante ao desenvolvido na sala de aula comum.

O AEE em Libras fornece para o aluno uma base de conceito dessa Língua e do conteúdo curricular estudado na sala de aula comum, para compreensão do conteúdo. Nesse atendimento também há explicações das idéias dos conteúdos estudados em sala de aula comum, como um reforço. Os professores utilizam bastantes imagens visuais e quando o conceito é muito abstrato recorrem a outros recursos, como o teatro, por exemplo. Os recursos

didáticos utilizados na sala de aula comum para a compreensão dos conteúdos são também utilizados no AEE em Libras.

Espera-se que no decorrer do AEE em Libras, os alunos se interessem, questionem, analisem, critiquem, fazem analogias, associem o que já sabem com os novos conhecimentos adquiridos com o estudo.

Damázio, 2007, finaliza a parte do AEE em Libras dizendo que os professores que atuam no desenvolvimento de cada aluno, apresentam além da relação de todos os conceitos estudados, organizando a representação deles em forma de desenhos e gravuras, que ficam no caderno de registro do aluno.

4.2 - Momento Didático-Pedagógico: O Atendimento Educacional para o Ensino de Libras

Continuando conforme explicação de Damázio, 2007, este atendimento constitui outro momento didático-pedagógico para os alunos com surdez incluídos na escola comum. O atendimento inicia com o diagnóstico do aluno e ocorre diariamente, em horário contrário de aula, da sala comum. Este trabalho é realizado pelo professor ou instrutor de Libras, de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve planejar a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais.

O professor ou instrutor de Libras deve organizar seu trabalho no AEE, respeitando as especialidades dessa língua, principalmente o estudo dos termos científicos a serem introduzidos pelo conteúdo curricular. Eles procuram os sinais em Libras, investigando em livros, dicionários especializados, tecnologia (internet), ou entrevistando pessoas adultas com surdez considerando o seguinte:

- Caso não existam sinais para designar determinados termos científicos, os professores de Libras analisam os termos científicos do contexto em estudo, procurando entendê-los, a partir das explicações dos demais professores de áreas específicas (Biologia, História, Geografia e dentre outros);

- Avaliam a criação dos termos científicos em Libras, a partir da estrutura linguística da mesma, por analogia entre conceitos já existentes, de acordo com o domínio semântico e por empréstimos lexicais;

- Os termos científicos em sinais são registrados, para serem utilizados nas aulas de Libras.

Na criação dos termos científicos usa-se da organização didática do espaço, com imagens e de todo tipo de referências que possam colaborar para aprendizagem da Língua de Sinais. Os materiais e os recursos para esse fim precisam estar presentes na sala de AEE e respeitar as necessidades didático-pedagógico para o ensino de língua.

Os alunos carregam consigo, um caderno com registro, expressando sua compreensão sobre os termos científicos representados em Libras.

Os professores que atuam no AEE de Libras fazem avaliações para verificar o avanço da aprendizagem do aluno, esperando de resultados satisfatórios dos seguintes objetivos: de que o aluno aprenda e enriqueça os conteúdos curriculares promovendo a aprendizagem na turma comum, frequentando um ambiente educacional bilíngüe, entender a estrutura da Libras e da Língua Portuguesa; qual a contribuição do AEE para o aluno com surdez na escola comum.

4.3 - Momento Didático-Pedagógico: O Atendimento Educacional Especializado para o Ensino da Língua Portuguesa

O Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa acontece na sala de recursos multifuncionais, em horário contrário de aula, podendo haver exceções, em algumas escolas, o aluno é retirado da sala de aula normal, por alguns minutos. O ensino é desenvolvido por um professor, preferencialmente, formado em Língua Portuguesa e que conheça a teoria que envolve o trabalho.

O que se pretende no AEE é desenvolver a competência gramatical ou linguística, e textual, nos alunos com surdez ou D.A., para que sejam capazes de gerar sequências linguísticas bem formadas.

Damázio, 2007, mostra os princípios para que a sala de recursos para o AEE em Língua Portuguesa deverá ser organizada didaticamente, com os princípios de riqueza em materiais e recursos visuais, para possibilitar a abstração dos significados de elementos da Língua Portuguesa; amplo acervo textual em Língua Portuguesa, capaz de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, para que os mesmos possam ter oportunidade de interação com os mais variados tipos de situação de enunciação; dinamismo e criatividade na elaboração de exercícios, os quais devem ser trabalhados em contextos de usos diferentes.

O AEE para o ensino da Língua Portuguesa é preparado junto com professores de Libras e os da sala comum, que irá analisar o desenvolvimento dos alunos com surdez, em relação ao aprendizado e domínio da Língua Portuguesa.

Neste atendimento, a professora foca o estudo dessa língua, como são atribuídos os significados das palavras e como se dá a organização delas nas frases e textos de diferentes contextos, levando a perceber a estrutura da língua através de atividades diversificadas, procurando construir um conhecimento já adquirido naturalmente pelos alunos ouvintes.

Assim o professor trabalha os sentidos das palavras de forma contextualizada, respeitando e explorando a estrutura gramatical da Língua Portuguesa. É um processo que inicia da educação infantil e vai até o ensino superior.

Usando de dicionários ilustrados, para facilitar as bibliografias e livros técnicos, ou também em um glossário ilustrado facilita no entendimento do aluno surdo.

Em seguida, são feitos estudos pontuais dos diversos significados e formas de uso que as palavras podem assumir em diferentes contextos e sua aplicação a partir da própria palavra, de frases prontas em que essas são empregadas palavras, textos ou imagens que se reportem às situações em questão.

Ao surgirem dúvidas, os professores organizam um caderno de estudos, exemplificando conceito por conceito, procurando oferecer esclarecimentos pontuais para o aprendizado dos alunos.

Também o AEE deve ser organizado para atender os alunos que optarem pela aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade oral. O professor de português oferece aos alunos as pistas fonéticas para a fala e a leitura labial.

O aluno com surdez deve aprender a encaixar seu vocabulário com as regras gramaticais da Língua Portuguesa.

A Língua Portuguesa estrutura-se a partir da combinação de vocábulos que conectados corretamente dão sentido: palavras combinadas formam frases; frases conectadas formam orações, orações transpostas por meio de conectivos formam períodos e assim por diante, até chegar ao texto, assim, se inicia o trabalho com os alunos, paralelamente à ampliação do vocabulário, e elaboração de tópicos frasais.

Com o objetivo de alcançar estruturas gramaticalmente correta, inserem-se no trabalho regras gramaticais, propriamente ditas, que os alunos ouvintes, facilmente compreendem, por terem como canal comunicativo à língua oral. No caso dos alunos com surdez, faz-se necessário criar o canal que os leva a essas compreensões. Esta situação é observada na análise morfológica – flexão de gênero, número e grau de substantivos e adjetivos, bem como nas flexões verbais de modo, tempo e pessoa, ao estabelecerem nas frases e textos, a concordância verbal e nominal.

Por isso a necessidade de iniciar este trabalho nos primeiros anos de escolarização, para que a criança tenha maior tempo de aprendizado, está no começo de seu próprio vocabulário, se iniciar mais tarde, mais obstáculos na conquista da habilidade comunicativa escrita, ele encontrará.

No AEE para o ensino da Língua Portuguesa, o canal de comunicação específico é a Língua Portuguesa, ou seja, leitura e escrita de palavras, frases e textos, o uso de imagens e até mesmo o teatro, para a representação de conceitos muito abstratos. Vários recursos visuais são usados para aquisição da Língua Portuguesa.

Damázio, 2007, pg 45 ressalta que o atendimento nessa língua contribui enormemente para o avanço conceitual do aluno na classe comum.

Como conhecida a segunda língua (português) dos deficientes auditivos a L2 (segunda língua), existe relações que implicam preocupações no ensino de português, sendo etapa fundamental para aprendizagem da escrita.

Analisar e compreender todas as pistas que acompanham o texto escrito: figuras, desenhos, pinturas, enfim, todas as ilustrações; identificar, sempre que possível nome do autor, lugares, referência temporais e espaciais internas no texto; situar o texto, sempre que possível, temporal e espacialmente; observar, relacionando com o texto, título e subtítulo; explorar exaustivamente a capa de um livro, inclusive as personagens, antes mesmo da leitura; elaborar, sempre que possível, uma sinopse antes da leitura do texto; reconhecer elementos paratextuais importantes, tais como: parágrafos, negritos, sublinhados, travessões, legendas, maiúsculas e minúsculas, bem como outros que concorram para o entendimento do que esta sendo escrito; estabelecer correlações com outras leituras, outros conhecimentos que venham auxiliar na compreensão; construir paráfrases em LIBRAS ou em português; identificar o gênero textual; observar a importância sociocultural e discursiva, portando pragmática, do gênero textual; identificar a tipologia textual; ativar e utilizar conhecimentos prévios; tomar notas de acordo com os objetivos. (SALLES, 2004,pg. 21).

São muitas as explicações sobre como ensinar a Língua Portuguesa para os surdos, a didática é muito ampla, finalizamos essa ligação que existe a Leitura e a Língua Portuguesa, mostrando um breve resumo do que utilizar para melhor ensino aprendizado do aluno surdo dentro do AEE para o ensino da Língua Portuguesa.

5. Considerações Finais

A Educação Infantil é seguida da Lei LDB n. 9.394/96 para crianças até três anos de idade, frequentar em creches e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos. Segue assim o objetivo de desenvolver aspectos físicos, psicológicos e sociais, para complementar a família e comunidade, cuidando e educando.

Nessa perspectiva de educação segue um currículo de possibilidade com três objetivos, que Lima (2006, pg. 43), ressalta sua importância dentro da Educação Infantil que são a construção da identidade e da autonomia; a interação e socialização da criança no meio social, familiar e escolar; e ampliação progressiva dos conhecimentos do mundo.

Santana, 2007, pg.21, diz:

“Quando um pesquisador propõe determinadas abordagens para lidar com a surdez, não consegue ser imparcial, pois sua proposta sempre refletirá uma concepção própria de surdez. Tal concepção resulta do modo que cada estudioso encara a surdez, seja como deficiência ou diferença...Em linhas gerais, essas soluções tem duas bases: uma oferecida pelas ciências biológicas, que geralmente vêem o surdo, como deficiente e, portanto, buscam a normalidade e fala, dispondo de avanços tecnológicos (próteses ou implantes) para oferecer ao surdo a possibilidade de ouvir e falar, outra sustentada pelas ciências humanas, que comumente a Língua de Sinais como diferente e defendem do surdo é a idéia de uma cultura surda, direcionando o debate para uma questão de ordem ideológica...se, por um lado, normalizar implica fazer falar, por outro, implica assumir o estatuto dos gestos como Língua diferente, afirmado que aqui há uma língua, uma língua diferente, como nós”.

Partindo dessa definição o ideal é que a criança no início de sua escolarização já em creches obtenha um atendimento adequado para sua deficiência, para que em sua permanência concretize sua socialização, mesmo sendo vista por todos no ambiente escolar, como uma criança do grupo de relacionamento específico, devido à forma de comunicação.

Havendo em seu atendimento possibilidades da adaptação nas atividades que envolvam a audição e a fala, para os alunos surdos, é preciso reorganizar, para que os demais não apresentem discriminações, e a criança surda não se sinta excluída, nem diferente.

Lima (2006,pg.50,51), aponta que para viabilizar o atendimento de qualidade na educação infantil é necessário estruturas como capacitações de professores ouvintes, instrutores surdos; um programa de atendimento a família e um currículo, sua flexibilidade e as adaptações curriculares.

A elaboração do tema proposto por este artigo pode-se notar que as crianças surdas precisam de um acompanhamento desde a educação infantil, que no decorrer de sua vida estudantil seja capaz de desenvolver sua linguagem, atingindo um nível satisfatório de suas atividades, compreende-las, reconhecer basicamente a LIBRAS, como sua forma de comunicação, expressar sentimentos, vontade e desgostos, espontaneamente, agir com progressiva autonomia, familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, executando ações simples, brincar, socializar-se, demonstrando suas necessidades e interesses, tudo isso com apoio das salas de recursos, com profissionais capacitados, para auxiliá-los, durante todo seu desenvolvimento.

Assim a Libras permite ao surdo uma forma de comunicação diferente que deve ser respeitada, pois trata-se de uma língua legalmente reconhecida, enfatizada também por ser a primeira língua do surdo, a qual sua difusão é muito importante para que as pessoas tenham conhecimento da influencia que ela exerce na comunicação dos surdos.

O Atendimento Educacional propôs para o aluno contribuições para que a proposta educacional fosse contemplada, permitindo que as crianças surdas em seu aprendizado desenvolvessem as duas línguas a Libras e a Língua Portuguesa, em sua modalidade oral e escrita.

Acredita-se que os alunos surdos sairão formados e prontos para o trabalho. Com a perspectiva de alcançar seus objetivos, em relação à vida, trabalho, casamento, enfim o resultado de todo o processo que promova a inclusão de todos os alunos com deficiência auditiva, tem sido um sucesso e progresso.

O artigo permite mostrar que a Libras para nós ouvintes são bonitas, fascinantes, interessantes, despertam curiosidades, mas para o surdo é o seu meio de comunicação, de expressar seus sentimentos, atitudes, é a sua necessidade de vivência, é a sua fala em forma de sinal, que deve ser respeitada e abrangente cada vez mais na sociedade, pois as pessoas devem aprender a conviver com a diferença, e não discrimina-las deixando-as de lado, devemos viver em harmonia uns com os outros independentes de não sermos todos iguais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de educação fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – estratégias de Alunos com Necessidades Especiais. Brasília: MEC/SEF/SEEPSP,1999.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** . Secretaria da Educação Especial – MEC/SEESP,2001.

BRASILIA, Presidencia da Republica, Casa civil, Subchefia para assuntos jurídicos, **Decreto n. 5.626/05 que regulamenta a Lei n. 10.436/02**.Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo, **Atendimento educacional especializado: pessoa com sudez**, Brasília, MEC/SEESP,2007.

FAVALLI, Paulo, **Meus primeiros sinais**, São Paulo, Editora Panda, 2000.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. 2a ed. São Paulo: Plexus Editora. 2002.

Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n. 555, de 5 de julho de 2007, prorrogada pela Portaria n. 948, de 09 de outubro de 2007.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araújo, **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**, 4ª edição, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, Brasília, MEC, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér, **Inclusão escolar: pontose contrapontos**, Rosângela Gavioli Prieto; Valeria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006.

MEC/SEESP – **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, MEC – **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Lei 9.394/1996.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima– **Ensino de língua portuguesa para surdos: Caminhos para a prática pedagógica, VL 2** – MEC, SEESP, Brasília, 2004.

SANTANA, Ana Paula- **Surdez e linguagem-aspectos e implicações neurolinguísticas**, São Paulo: Plexus, 2007.